

Serão assim tão diferentes o programa do governo PSD/CDS e o programa do grupo de economistas PS?

O PROGRAMA DO GOVERNO PSD/CDS E O PROGRAMA GRUPO DE ECONOMISTAS DO PS NÃO SÃO TÃO DIFERENTES COMO OS MEDIA PRETENDEM FAZER CRER

António Costa tem insistido na ideia, repetida quase até à exaustão, de que as medidas constantes do documento do grupo de economistas do PS resolvem a “*quadratura do círculo*”, ou seja, permitem a Portugal ter uma política de crescimento económico, de criação de emprego e de redução rápida do desemprego, etc., mantendo-se na zona euro e respeitando as regras do Tratado Orçamental (reduzir rapidamente o défice orçamental e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida pública para 60% do PIB num prazo de 20 anos), sendo mesmo “*uma alternativa estratégica da atual maioria*”, como afirma João Galamba.

Por outro lado, aproveitando o facto da maioria dos portugueses não conhecerem detalhadamente os conteúdos do “Programa de Estabilidade 2015-2019” do governo PSD/CDS e do documento elaborado pelo grupo de economistas do PS, órgãos da comunicação social assim como comentadores que têm acesso privilegiado a eles têm procurado fazer passar a mensagem junto da opinião pública que são documentos muito diferentes, cuja aplicação dariam origem a políticas muito diferentes e também a resultados muito diferentes. Por isso interessa analisá-los com objetividade fornecendo informação que permita a cada leitor tirar as suas próprias conclusões.

SERÃO OS PROGRAMAS DO PSD/CDS (PEC:2015/2019) E O PROGRAMA DO GRUPO DE ECONOMISTAS DO PS ASSIM TÃO DIFERENTES?

Para que a análise comparativa seja mais fácil reunimos no quadro 1 as principais previsões (compromissos e objetivos) constantes dos dois documentos (Programa de Estabilidade do governo PSD/CDS e documento do grupo de economistas do PS)

Quadro 1 – As previsões quantificadas do governo PSD/CDS e do grupo de economistas do PS

RUBRICAS	2014	2015		2016		2017		2018		2019	
	Milhões euros	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS	PSD/CDS	Grupo PS
PIB - variação anual real	170.924	1,6%	1,6%	2,0%	2,4%	2,4%	3,1%	2,4%	2,6%	2,4%	2,3%
PIB - variação anual nominal	173.053	2,9%	2,6%	3,5%	3,5%	3,8%	5,0%	3,8%	4,4%	3,8%	4,3%
PIB - nominal - Milhões €	173.053	178.072	177.552	184.304	183.767	191.308	192.955	198.577	201.445	206.123	210.107
Remuneração trabalhador - euros - variação anual	20.300	0,6%	0,7%	1,0%	0,0%	1,3%	-0,1%	1,5%	-0,4%	1,5%	0,6%
Custos unitários do trabalho-v.a.			-0,2%		-1,0%		-1,2%		-1,4%		-0,4%
Criação emprego - variação anual	4.513	0,6%	0,7%	0,8%	1,4%	0,9%	1,9%	0,9%	1,6%	1,0%	1,3%
Taxa de desemprego - % pop. Ativa	13,9%	13,2%	13,6%	12,7%	12,2%	12,1%	10,2%	11,6%	8,6%	11,1%	7,4%
Consumo privado- variação anual	113.384	1,9%	1,8%	1,9%	2,0%	2,1%	3,1%	2,1%	2,6%	2,1%	2,3%
Consumo público - variação anual	32.211	-0,7%	-0,3%	0,1%	-0,4%	0,1%	-0,1%	0,2%	-0,1%	0,2%	-0,2%
FBCF-Total - variação anual	25.335	3,8%	2,9%	4,4%	7,8%	4,9%	8,4%	4,9%	4,7%	4,0%	4,4%
FBCF-Público- em % do PIB	3.487	2,3%	1,9%	2,2%	2,9%	2,2%	3,0%	2,3%	2,8%	2,2%	2,6%
Exportações -variação anual	48.181	4,8%	5,0%	5,5%	5,9%	5,7%	6,3%	5,7%	6,0%	5,8%	5,8%
Prestações sociais-em % PIB	34.092	19,4%	19,8%	19,1%	19,1%	18,9%	18,7%	18,6%	18,1%	18,3%	17,8%
Despesas Pessoal- em % PIB	20.482	11,1%	11,1%	10,9%	10,8%	10,5%	10,4%	10,2%	10,0%	9,9%	9,8%
Juros - em % do PIB	8.580	5,0%	4,9%	4,3%	4,8%	4,1%	4,5%	3,8%	4,4%	3,5%	4,2%
Saldo orçamental - em % do PIB (em 2014: -4,8% do PIB)	-8.426	-2,7%	-3,2%	-1,8%	-3,0%	-1,1%	-2,5%	-0,6%	-1,7%	0,2%	-1,0%
Saldo Primário - em % do PIB (em 2014: -0,5% do PIB)	-825,2	2,2%	1,7%	2,6%	1,8%	3,0%	2,1%	3,2%	2,8%	3,7%	3,2%
Dívida Pública - em % do PIB (ótica Maastrich)	130,2%	124,2%	130,2%	121,5%	128,8%	116,6%	125,2%	112,1%	121,8%	107,1%	117,6%
Dívida Pública - Milhões € (ótica Maastrich)	234.585	221.165	231.173	223.929	236.692	223.065	241.580	222.605	245.360	220.758	247.086

FONTE: Uma década para Portugal - Grupo de economistas do PS; Programa de Estabilidade: 2015-2019 - Governo PSD/CDS

Começamos pelo crescimento económico, ou seja, o crescimento real do PIB. Se calcularmos a média dos 5 anos, conclui-se que a taxa média de crescimento real do PIB prevista no Programa de Estabilidade do governo PSD/CDS é de 2,2% ao ano, enquanto a prevista pelo grupo de economista do PS é 2,4% ao ano, portanto a diferença de crescimento é muito reduzida. Mesmo calculando o valor nominal do PIB em 2019, o qual incorpora o aumento de preços, obtém-se, ao fim dos 5 anos, para a proposta do PSD/CDS, 206.123 milhões € e para a proposta do grupo de economista do PS 210.107 milhões €, ou seja, mais 3.984 milhões €, portanto também a diferença de crescimento nominal da riqueza não é significativa.

Em relação à remuneração por trabalhador, se fizermos as mesmas contas, ou seja, se calcularmos a média dos 5 anos, obtém-se para o PSD/CDS um aumento médio anual de 1,2% e para o do grupo de economistas do PS uma subida da remuneração média de apenas 0,2% por ano, prevendo-se no documento do grupo PS simultaneamente uma redução média dos custos unitários do trabalho de -0,8% ao ano (*no do PSD/CDS tal previsão não consta; para os economistas do PS, pelo menos para estes, parece que temos novamente a defesa da teoria do aumento da competitividade através da redução dos custos do trabalho, à custa da redução da TSU, tão criticada pelo SG do PS*).

A nível de criação anual de emprego (0,8% ano no programa do PSD/CDS, e de 1,4% ao ano no programa do grupo de economistas do PS), e da redução da taxa de desemprego (em 2019, atingir-se-ia 11,1% segundo o PSD/CDS, e 7,4% segundo o grupo do PS) é que as diferenças seriam maiores. É uma área importante, por isso exige maior reflexão.

E a questão que se coloca para reflexão é a seguinte: Como se poderá obter a diferença de 3,7 pontos percentuais na taxa de desemprego (*são mais 194.000 empregos*) entre a previsão do PSD/CDS e a do grupo de economistas do PS com apenas 0,2 pontos percentuais de diferença de crescimento económico? Para além disso, se analisarmos as taxas de crescimento do investimento e do consumo públicos, que são efetivamente as variáveis mais importantes sobre as quais o governo pode atuar, as conclusões a que se chegam não são animadoras. Assim calculando a média dos cinco anos chega-se à conclusão que, em ambos os programas (PSD/CDS e PS), a taxa média de investimento público corresponde apenas a 2,2% do PIB (*tenha-se presente que, segundo o Eurostat, em 2010, a taxa de investimento público foi de 5,3% do PIB - no período 2013/2009 a taxa média anual foi de 3,9% - e que em 2014 a taxa de investimento público correspondeu a 2% do PIB quando a média na U.E foi 2,9% do PIB*). Em relação ao consumo público a previsão é ainda pior. No Programa de Estabilidade do PSD/CDS defende-se um crescimento médio anual de 0%, e no Programa do grupo de economistas do PS uma redução média anual de -0,2% no período 2005-2019. São certamente valores que têm de ser alterados.

Para além da taxa desemprego, as outras diferenças entre os dois programas (*o Programa de Estabilidade 2015-2019 do PSD e Programa do grupo de economistas PS*) situam-se nos valores do saldo orçamental final (em 2019, PSD/CDS: +0,2%; Grupo PS: -1%), no saldo primário final (em 2019: PSD/CDS: +3,7%; Grupo PS: +3,2%); na dívida pública (em 2019, PSD/CDS: 220.758M€; grupo PS: 247.086M€); no consumo privado (taxa de crescimento medio anual no período 2015/2019: PSD/CDS:2%; grupo PS: 2,4%); e no investimento (FBCF) total (taxa média anual de crescimento no período: PSD/CDS: 4,4%; grupo PS: 5,6%). E como rapidamente se conclui as diferenças ou não são grandes (ex: saldos orçamentais, dívida pública, consumo privado), ou então não dependem de fatores controláveis pelo governo (investimento privado, exportações).

O CARATER MAIS SOCIAL DO PROGRAMA DO GRUPO DE ECONOMISTAS PS

João Galamba, um dos economistas que integrou o grupo dos doze, num artigo que publicou no Diário Económico de 27.4.2015, com o título *“Uma alternativa para Portugal”*, refere o carácter social do programa do grupo já que ele dá *“prioridade à reposição dos mínimos sociais (abonos, CSI, RSI), à reposição integral dos cortes salariais da função pública, ao fim da sobretaxa, à redução da TSU para os trabalhadores e ao complemento salarial para os trabalhadores pobres”*. E fala também que *“é possível ter um PIB maior e mais sustentável; é possível mais e melhor emprego; é possível ter menos pobreza e menos desigualdade; é possível ter melhores serviços públicos”*

Já analisamos anteriormente a consistência de alguns destes últimos objetivos, nomeadamente *“ter um maior PIB e mais sustentável”* (o objetivo anual de crescimento real do PIB para o PSD/CDS é de 2,2%, enquanto para o grupo PS é de 2,4%, portanto a diferença de crescimento não é muito “maior”); *“mais e melhor emprego”* (será possível ter melhor emprego com menores custos unitário do trabalho, como pretende o PS?).

Após a reflexão, interessa agora fazer o mesmo em relação à consistência dos outros objetivos, utilizando também para isso os dados do quadro 1.

Pretende-se *“repor os mínimos sociais (abonos, CDI e RSI)”*, e *“ter menos pobreza e desigualdade”*, que são objetivos importantes partilhados por milhões de portugueses. No

entanto, e como consta do quadro 1, as despesas com “*prestações sociais*” diminuem, entre 2015 e 2019, no programa do PSD/CDS de 19,4% para 18,3% do PIB (-1,1 p.p.), e no programa do grupo PS de 19,8% para 17,8% do PIB (-2 p.p.). Pretende-se “*melhores serviços públicos*” mas ao mesmo quer-se reduzir as despesas de pessoal das Administrações Públicas, entre 2015 e 2019, como consta também do quadro 1, segundo o Programa do governo PSD/CDS de 11,1% para 10,2% do PIB (-1,1 p.p.), e do Programa do grupo PS de 11,1% para 9,8% do PIB.

Uma questão importante também associada às duas anteriores – despesas com prestações sociais e despesas com pessoal – é a redução do saldo orçamental negativo, e o aumento do saldo primário positivo primário que se pretende alcançar em 2019, assim como a redução da dívida pública, já que todos estes objetivos, para serem alcançados, têm subjacentes cortes elevados nas despesas públicas ou pelo menos uma contenção muito grande na despesa pública. E como mostram os dados quadro 1, o governo PSD/CDS pretende que o saldo orçamental seja em 2019 positivo (+0,2% do PIB), que o saldo primário seja positivo e elevado (+3,7% do PIB), e que dívida pública seja reduzida, entre 2015 e 2019, 130,2% do PIB para 107,1%; e o grupo de economistas do PS pretende ter, em 2019, o défice orçamental reduzido para -1% do PIB, um défice primário elevado de + 3,2%, e uma dívida pública que corresponda a 117,6%. Portanto, são objetivos todos eles (os do PSD/CDS e do PS) exigentes que obrigariam a uma forte contenção da despesa pública. E é neste contexto fortemente restritivo que terão de ser analisados a consistência dos objetivos proclamados por António Costa e por João Galamba de “*de “ter um PIB maior e mais sustentável, ter mais e melhor emprego, ter menos pobreza e menos desigualdade, e ter melhores serviços públicos*”. São objetivos positivos e importantes que não se compadecem apenas com desejos e boas intenções e que, por isso, necessitam de instrumentos e meios adequados pois, caso contrário, só se criam ilusões com efeitos graves na consciência democrática dos portugueses.

A TROCA DE MAIOR RENDIMENTO DISPONÍVEL PARA OS TRABALHADORES POR MENORES PRESTAÇÕES FUTURAS E MAIS LUCROS PARA OS PATRÕES

No estudo anterior analisamos os efeitos da redução da TSU em 8 pontos percentuais (4 para os trabalhadores e 4 para os patrões) quer a nível da sustentabilidade financeira da segurança social quer na competitividade das empresas. No entanto, há outro aspeto do problema para o qual é importante chamar a atenção dos leitores. E este prende-se com a forma como se pretende fazer a redução da TSU paga pelas entidades patronais para a Segurança Social, procurando torná-la “aceitável” pelos trabalhadores.

E isto porque ao se associar a redução da taxa contributiva dos patrões à redução da taxa contributiva dos trabalhadores, o que se pretende é enfraquecer a oposição dos trabalhadores à redução da taxa de contribuição dos patrões, pois também recebem uma parte da descapitalização/destruição da Segurança Social, já que ao se reduzir a contribuição dos trabalhadores, estes ficam com mais alguns euros de rendimento disponível (em média mais 10€ em cada um de 3 anos), esperando que não se lembrem que vão receber menores prestações sociais no futuro (subsídio de doença, subsídio de doença, pensão de invalidez ou de velhice), e que isso servirá de pretexto (camuflagem) para reduzir a taxa contributiva dos patrões e assim aumentar os seus lucros à custa da descapitalização da Segurança Social, ou seja, de menores prestações sociais pagas no futuro aos trabalhadores. De acordo com cálculos feitos pelo próprio grupo de economistas do PS essa medida determinaria uma perda de receita para a Segurança Social só no ano de 2016, que aumentaria em igual montante nos dois anos seguintes, estimada em 420 milhões € (e isto teria de ser compensado com cortes nas prestações futuras pagas aos trabalhadores) metade dos quais – 210 milhões € - entrariam imediatamente nos bolsos dos patrões, aumentando os seus lucros.

Eugénio Rosa
Economista
29.4.2015